



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001537-03.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE SEGURANÇA, INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO

ASSUNTO: Minuta de Apostila n. 1 - Contrato Administrativo n. 21/2022 - Análise da aplicação de reajuste *stricto sensu* - *Objeto*: contratação de subscrições de solução de antivírus com EDR para estações e servidores, serviço de instalação e transferência de conhecimento.

DESPACHO Nº 1561 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular certame licitatório, operou-se a contratação de empresa DFTI - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob n. 09.650.283/0001-91, para prestação de serviços, sob demanda, de subscrições de solução de antivírus para estações e servidores, pelo prazo inicial de 60 (sessenta) meses, a conta de 14/09/2022, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 21/2022 ([0892726](#)), que se encontra em plena vigência.

Mediante a Solicitação n. 10/2023 ([1097643](#)), retificadora da Solicitação n. 8/2023 ([1094220](#)), a COSEIC solicitou a aplicação dos reajustes de preços no percentual de 5,90% e de 4,68% pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), a fim de repor perdas inflacionárias respectivamente do período de dezembro/2021 a novembro/2022 e do período de dezembro/2022 a novembro/2023. Por fim, informou que a demanda está prevista no item de despesa ***Solução de antivírus***, plano interno ***SIN LOCISO***, constante do Painel do Orçamento 2023 e foi devidamente programada no 2023PE000325 ([1096491](#)) com saldo suficiente para acobertar a despesa decorrente do presente reajuste após a primeira solicitação.

Assim, o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à COFC para programação orçamentária da despesa no exercício vindouro; à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico ([1096298](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária no corrente exercício ([1096491](#)) dos valores necessários, correspondente a R\$ 20.389,46 (vinte mil trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

centavos), certificando que a despesa pretendida pela Administração está adequadas e compatíveis, orçamentária e financeiramente, com a LOA, PPA e LDO.

Instada, a SECONT elaborou a minuta de Apostila n. 1 ao Contrato Administrativo n. 21/2022 ([1098278](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único, Lei n. 8.666/93. Ademais, opinou pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados nos percentuais de 5,90% e 4,68% com base no IPCA referente as datas-base do período de dezembro/2021 a novembro/2022 e do período de dezembro/2022 a novembro/2023, com fundamento no art. 40, inciso XI e art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato n. 21/2022, devendo a contratada ser notificada para apresentar as faturas complementares separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados, em cumprimento à imposição renunciada na cláusula contratual acima citada ([1099275](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se nos exatos termos da AJSAOFC ([1101079](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, a presente contratação se encontra fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769, de 25 de abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

Como relatado, a COSEIC solicitou a aplicação dos reajustes de preços no percentual de 5,90% e de 4,68% pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), consoante preconiza a regra contratual mencionada, a fim de repor perdas inflacionárias respectivamente do período de dezembro/2021 a novembro/2022 e do período de dezembro/2022 a novembro/2023 ([1097643](#)).

Com efeito, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n. 21/2022, a data base para fins do reajuste foi definida pela data de apresentação da proposta. Por sua vez a ata de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

realização do Pregão Eletrônico SRP TSE n. 84/2021, juntada no evento n. [1097902](#), revela que a abertura do certame se deu em 15/12/2021. Assim, havendo comprovação do transcurso de duas datas-bases a partir da apresentação da proposta no certame, tem-se como necessário atualizar os valores contratados em duas oportunidades, aquela relativa ao período de dez/21 a nov/22 e, a segunda, do período de dez/22 a nov/23.

Dessa forma, verifica-se que a pretensão da unidade gestora tem amparo no art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93, tratando-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n. 21/2022. Esse entendimento vai ao encontro do disposto pelo TCU e pela AGU, os quais responsabilizam a Administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, conforme item 15 do Parecer Jurídico n. 306/2023 ([1099275](#)).

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) autorizo o primeiro reajuste ao valor do Contrato Administrativo n. 21/2022 (0892726) no percentual de 5,90% (cinco inteiros e noventa centésimos por cento), decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - IBGE, aferida no período de dezembro/2021 a novembro/2022, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 15 de dezembro de 2022;

b) autorizo o segundo reajuste ao valor do Contrato Administrativo n. 21/2022 (0892726) no percentual de 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos), decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - IBGE, aferida no período de dezembro/2022 a novembro/2023, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 15 de dezembro de 2023;

c) determino a atualização dos valores do Contrato Administrativo n. 21/2022 (0892726), fixando seu novo valor em R\$ 101.493,30 (cento e um mil quatrocentos e noventa e três reais e trinta centavos); e

d) determino a notificação da contratada para apresentar as faturas complementares separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SECONT para renumerar os itens em romano do instrumento de evento n. [1098278](#), previamente a sua assinatura, conforme recomendação constante do item 22, i, do Parecer Jurídico n. 306/2023 ([1099275](#)).

À SAOFC para continuidade dos procedimentos de execução do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 21/12/2023, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1101690** e o código CRC **67111C92**.